

## **Informação sobre viagem de Isabel Lourenço aos territórios ocupados do Sahara Ocidental a 10 de Dezembro de 2019 e actuação das autoridades Marroquinas**

No âmbito do trabalho de observação e acompanhamento da situação do Sahara Ocidental, viajei no dia 10 de Dezembro de 2019 para El Aaiun.

O meu trabalho é público sou investigadora do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, membro da Fundación Sahara Occidental, colaboradora do site [www.porunsaharalibre.org](http://www.porunsaharalibre.org) e colaboradora do Jornal online Tornado, tenho participado em sessões dos direitos humanos das Nações Unidas em Genebra, assim como na 4ª Comissão para a Descolonização das Nações Unidas e em eventos no Parlamento Europeu. Apresentei os meus relatórios e dei conferências regularmente ao longo dos últimos anos sobre esta temática.

Desenvolvo esse trabalho de observação e acompanhamento nos campos de refugiados de Tindouf na Argélia, nos territórios libertados da RASD (República Árabe Saharai Democrática), nos territórios ocupados por Marrocos do Sahara Ocidental e com a comunidade saharai na diáspora (França, Espanha e Bélgica).

Decidi viajar a El Aaiun no dia 10 de Dezembro de 2019, com o objectivo de contactar as famílias da Senhora Mahfouda Lefkir, condenada a seis meses de prisão por dizer (no final do julgamento do seu primo) que "era um julgamento injusto e só os tratavam assim por serem saharais".

A Sra. Lefkir que tem problemas de saúde graves e aguarda cirurgia foi espancada, ainda no recinto do tribunal, quando se recusou a entrar numa carrinha de transporte de presos de delito comum masculinos.

No decurso da mesma viagem ia ainda contactar com as famílias dos presos políticos saharais do grupo Gdeim Izik e com estudantes e crianças saharais.

Antes da viagem, como sabia dos entraves levantados pelo Reino de Marrocos, como aliás salientado pelo Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres, que referiu no seu relatório sobre o Sahara Ocidental em Abril de 2019 que o acesso a observadores internacionais, membros de ONG's e jornalistas tem sido impedido pelo reino de Marrocos, verifiquei se reunia os requisitos de entrada exigidos pelo poder ocupante (lei 02/03 de Marrocos).

Como tinha os requisitos necessários, a saber, passaporte com validade superior a 6 meses, bilhete de regresso e hotel reservado, informei da minha viagem, não só a Embaixada Portuguesa em Rabat, como o Ministério de Negócios Estrangeiros Português, a representação da União Europeia em Rabat, a Alta Comissária para os Direitos Humanos das Nações Unidas, a 4ª comissão para a descolonização e membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas visto terem no terreno uma Missão (MINURSO).

Apesar do território do Sahara Ocidental ser um território não autónomo que aguarda descolonização e Marrocos não ter soberania sobre o mesmo (ver resoluções das Nações Unidas, União Africana, Tribunal Internacional de Haia e últimos três acórdãos do Tribunal de Justiça da União Europeia), Marrocos é a força ocupante e administrador de facto sendo Espanha administrador de jure.

Tendo isso em conta, quero referir que:

No passado dia 10 de Dezembro viajei de Lisboa para Gran Canarias (Las Palmas) no voo da TAP e em seguida para El Aaiun, capital dos territórios ocupados do Sahara Ocidental no voo AT 995 da ROYAL AIR MAROC que aterrou no aeroporto de El Aaiun às 16h20 hora local.

Ao aterrar o piloto do avião foi informado que todos os passageiros deveriam sair do avião excepto a Sra. Lourenço o que foi transmitido aos passageiros por um membro da tripulação.

Os passageiros começaram a sair e eu indaguei qual a razão pela qual não poderia sair do avião. Foi-me dito por um membro da tripulação que não sabia, que o piloto tinha recebido ordens das "autoridades" e que iria ver.

O piloto veio ter comigo e explicou-me que eu não poderia sair do avião e teria que seguir no mesmo avião para Marraquexe.

Respondi que não tinha intenções nenhuma de ir para Marraquexe, e que não tinha comprado bilhete para Marraquexe mas sim para El Aaiun, onde iria sair. Avisei, também, o piloto que não me poderia, nem reter dentro do avião, nem enviar-me para outra cidade contra a minha vontade nestas circunstâncias e que a responsabilidade seria dele e da Royal Air Maroc e que isto se assemelhava a um sequestro.

O Piloto começou a discutir com as autoridades, pelo que percebi disse que as autoridades lhes causavam muitos problemas, porque não deixavam os estrangeiros sair do avião (aludindo às dezenas de expulsões dos últimos dois anos). O meu passaporte foi dado às "autoridades" e alguns minutos depois devolvido.

Durante este dialogo continuei a aproximar lentamente da porta de saída, tendo um homem não identificado, em roupa civil, entrado no avião, dizendo-me que as minhas intenções eram politicas e que eu não era bem-vinda. Respondi que as minhas intenções eram públicas, falar e entrevistar famílias de presos políticos saharauis, nomeadamente a família da Sra. Lefkir e dos presos políticos de Gdeim Izik, casos que tenho acompanhado.

Disse-lhe também que iria igualmente falar com jovens e crianças saharauis e que não estava ali em representação de nenhum partido ou organização politica.

Pedi, repetidas vezes, que me dessem algum tipo de documento oficial em que se mencionasse qual a razão de recusa de saída do avião, bem como da recusa de entrada no Sahara Ocidental.

Expliquei que não estava a infringir nenhum dos requisitos da lei marroquina 02/03 que regula a entrada de estrangeiros, mas que, caso considerassem que estivesse em violação de algum dos artigos dessa mesma lei, deveria ser informada de tal.

Não me responderam, nem me forneceram qualquer documento.

Ainda no interior do avião, um membro da tripulação trouxe um bilhete emitido em meu nome com destino a Marraquexe, e que eu recusei, visto não ter adquirido nenhum bilhete nem queria ir para Marraquexe, como já tinha dito.

Nessa altura, voltei a frisar que tinha vindo de Gran Canarias para El Aaiun e que se me recusavam a entrada o meu único destino de regresso teria de ser as Gran Canarias.

Como mantinha que tinha direito a entrar no país para os efeitos que lhes tinha comunicado, foi-me dito que estava presente no local o representante dos saharauis e que iria falar comigo, ao que retorqui que não conhecia o senhor em questão e não tinha nenhum interesse em falar com ele.

**Continuei a avançar e saí do avião ficando no degrau superior da escada.**

Em redor dessa escada encontravam-se mais de uma dezena de homens vestidos à civil assim como dois policia uniformizados (um homem e uma mulher).

Em frente à escada mas afastados encontravam-se os passageiros que aguardavam embarcar para Marraquexe.

**Pedi aos vários homens ao redor da escada, que me iam dizendo, que eu era persona non grata, paga por argelinos, e uma ameaça à soberania, que se identificassem. Responderam-me que eram "a autoridade" ou alguns "um alto responsável" sem mencionarem se pertenciam a algum ramo da policia, da estrutura militar, do governo, ou das autoridades aduaneiras.**

Durante todo o tempo, tais indivíduos, estiveram aos telemóveis pedindo ordens, porém, na medida em que lhes eram dadas ordens que pareciam contraditórias, os mesmos não chegavam a acordo sobre que atitude tomar. Repeti novamente o pedido de que me fosse entregue algum documento oficial em que mencionasse qual a razão de recusa de saída do avião e de entrada no Sahara Ocidental.

**Igualmente referi, de novo, que não estava a infringir nenhum dos requisitos da lei marroquina 02/03 e que se considerassem estar em violação de algum dos artigos dessa mesma lei, teria necessariamente de ser informada de tal, nomeadamente pela entrega de documento que atestasse qual a razão para a recusa de saída do avião e entrada no Sahara Ocidental. Responderam que não me iam dar qualquer documento.**

Foi trazido à minha presença um homem vestido com uma daraá (traje tradicional masculino saharauí) e disseram-me que se tratava do representante de todos os saharauis e que tinha que falar com ele.

Agradei e respondi que não tinha nenhum interesse em falar com o senhor, nunca o tinha visto e o que queria era falar com as autoridades e perceber o que se passava.

O intercâmbio com as "autoridades" foi feito em francês, inglês e espanhol uma vez que não entendo árabe suficiente para manter qualquer tipo de conversação.

Os indivíduos, cerca de 20, continuaram a dirigir-me frases soltas, ora um ora outro, como por exemplo:

"Vem atacar a nossa soberania"

"É persona non grata"

"Fazer entrevistas não é falar!"

"Precisa de autorização para falar com pessoas do Ministério do Interior Marroquino"

"Aprendeu muito desde a sua expulsão de fevereiro de 2015, lembro-me de si"

"Nós somos a autoridade"

"Não pode falar com ninguém"

"Não vem fazer turismo, ser for turista é bem-vinda"

"Nunca lhe vamos dar um documento"

"Não pode falar com quem quer"

"A liberdade de expressão é para os cidadãos marroquinos não para os outros".

Devido aos protestos dos passageiros que esperavam embarcar para Marraquexe e a minha recusa de regressar para dentro do avião, levaram-me à sala de entrada no território, onde se carimbam os passaportes, mas onde só se encontravam "autoridades" e alguns funcionários fardados.

Eu tinha dois telemóveis comigo, um com numero português e outro com numero marroquino, que adquiri antes da viagem devido aos custos elevados de roaming.

Durante os acontecimentos acima descritos, gravei áudios do que se estava a passar e deixei uma mensagem ao meu marido a explicar que não me queriam deixar sair do avião, essa foi a ultima mensagem que consegui enviar.

Foi-me, de imediato, retirado o telemóvel que tinha na mão à força, por um dos indivíduos, vestido à civil e que alegava ser uma "autoridade".

De seguida, tanto a minha mochila como a minha bolsa foram revistadas, o meu outro telemóvel e o meu computador foram retirados, assim como o meu passaporte, que foram levados do local por um desses indivíduos e levados para sitio desconhecido.

Duas agentes fardadas fizeram-me uma busca corporal (sem retirar a roupa) numa sala fechada.

Tudo isto aconteceu antes de me terem carimbado o passaporte.

Pedi várias vezes para me deixarem entrar em contacto com a minha embaixada, o que foi recusado. Também me foi recusado entrar em contacto com a minha família ou advogado.

Perguntei se estava detida e qual a infracção imputada, mas não me responderam.

Passado algum tempo (não consigo precisar porque não tinha nenhum relógio) um dos membros da "autoridade" gritou-me que tinha três escolhas possíveis:

- 1º Ficar detida naquela sala até ao dia seguinte às 19h00 e regressar para Gran Canarias,
- 2º Seguir no avião das 22h00 para Casablanca,
- 3º "Apanhar" um táxi para Agadir naquele momento.

**Respondi que a minha escolha era entrar em El Aaiun, qualquer outra situação ou decisão não era minha e era da responsabilidade "deles" e contra a minha vontade e direito de livre circulação, uma vez que nunca me apresentaram nenhum documento, nem se identificaram.**

Reafirmei que tinha um passaporte válido por mais de 6 meses, voo de regresso e hotel reservado em El Aaiun, cumprindo com os requisitos para a entrada no país de um cidadão europeu.

Após mais alguns minutos de chamadas telefónicas e discussão entre os "membros das autoridades" regressou o mesmo homem que me disse "vai para Agadir de Táxi!".

**Carimbaram o passaporte, que continuava em posse deles, e começaram a preencher o formulário de entrada sem me perguntarem nada, mas discutindo entre eles qual o quadrado que deveriam assinalar na razão de entrada**

**(turismo, estudos ou trabalho) - não sei o que assinalaram uma vez que nunca vi o formulário, nem por preencher nem depois de preenchido.**

Disseram me para aguardar e o grosso das "autoridades" abandonou a sala.

Passado algum tempo fui levada para um veículo civil no exterior do aeroporto, guardada por dois "membros das autoridades", e levada a alta velocidade para a praça de Táxis.

Durante o percurso, foi-me dito que **"aqueles com quem quer falar não são seres humanos"** e que Espanha nunca desenvolveu o Sahara como Marrocos, que Marrocos é um país excepcional, melhor que Portugal em todos os aspectos, e reafirmava amiúde que **"aqueles com quem quer falar não são seres humanos"**.

Chegando à praça de táxis, foi-me oferecida uma garrafa de água por um dos homens que se tinha identificado como autoridade e alto responsável, que me disse "pode beber, está a ver está fechada, pode confiar". Não aceitei a garrafa de água.

Foi-me ordenado pelo mesmo individuo para entrar dentro de um táxi colectivo (7 lugares), mas recusei uma vez que não tinha nem passaporte, nem telemóveis, nem computador, tudo na posse das "autoridades".

Disseram-me que me davam o passaporte depois de entrar no táxi e eu disse que não entrava em nenhum lado sem o meu passaporte.

Acabaram por deixar o passaporte, os telemóveis e o computador no táxi, e o mesmo individuo perguntou-me se queira ir para Agadir Matar (Aeroporto de Agadir) ou Agadir Hotel, respondi que queria ir para o Hotel Lekouara, em El Aaiun.

**O homem "autoridade" gritou ao taxista para ir para Agadir** e entraram 5 homens desconhecidos ficando o táxi com lotação completa.

O táxi arrancou e fizemos a viagem a alta velocidade, ultrapassando vários camiões de uma só vez, em estradas sem iluminação e piso em estado deplorável.

Quando tentei ligar os telemóveis, verifiquei que o telemóvel com o numero português tinha sido totalmente reconfigurado, não saindo do ecrã inicial e em francês (antes estava em Português). Tentei reconfigurar, mas dava erro pelo que não foi possível.

O telemóvel com numero marroquino também tinha sido desbloqueado e todas as aplicações tinham sido eliminadas, não conseguindo ter acesso às funcionalidades do mesmo. Após aproximadamente meia hora consegui por o telefone a funcionar só com função receber e fazer chamadas e sms e foi quando recebi a chamada da emergência consular e da embaixada.

Tinha pouco saldo e ao longo do percurso nas duas paragens para "comer" consegui instalar o Messenger. Não comi nem bebi nada nas paragens.

Paramos muitas vezes em Postos de controle onde eram pedidos os documentos, no meu caso o passaporte.

Durante o percurso o taxista recebeu um pacote que foi entregar a outra pessoa numa localidade fora do percurso para Agadir, desviando da estrada principal e entrando por uma localidade, voltando depois atrás regressando à estrada principal.

Às 4h00 da madrugada, o táxi parou numa praça e foi-me dito que tinha de sair, pois era a paragem final. Perguntei onde estava uma vez que não me parecia estar em Agadir. Fui informada que me encontrava em Inzegan (localidade a 12km de Agadir) e que tinha que sair. Não paguei nada ao taxista, visto não ter contratado nenhuma viagem, mas também não me foi solicitado nenhum pagamento.

Sem outra alternativa dirigi-me ao local que parecia ser uma praça de táxis e tentei encontrar um táxi para Agadir. Fui num táxi para Agadir pedindo para ir para o Hotel Ibis, uma vez que não queria ir para um hotel marroquino.

No hotel às 5h30 da madrugada pedi um quarto até dia 12 de Dezembro, visto já não ter tempo de comprar bilhete, nesse mesmo dia para Lisboa, uma vez que não há voos directos.

Fui para o quarto de hotel onde tinha wifi, mas continuava com os telemóveis desconfigurados e sem conseguir solucionar a situação.

A minha família enviou-me um bilhete de regresso Agadir- Casablanca- Lisboa para dia 12 de Dezembro, que imprimi na recepção do hotel.

No dia 12 de Dezembro de 2019, sai as 7h00 do Hotel para o aeroporto de Agadir. Passei os controlos de bagagem e no controle de passaporte foi-me dito que não podia sair do país, alegando que necessitava de uma autorização de saída.

Entrei de novo em contacto com a emergência consular a explicar o que se passava.

Segundo o agente do controle de passaporte, teria que ir tratar da minha saída com o inspector da Alfandega, visto haver um problema com a minha "entrada de carro". Outros dois agentes fardados juntaram-se ao primeiro, dizendo que só estavam ali para me ajudar.

A última vez que entrei e saí de Marrocos de carro foi em 2017, durante o julgamento do grupo Gdeim Izik, e desde essa altura já entrei e saí de Marrocos, tendo assistido ao julgamento do Grupo de Estudantes saharais "El Ouali", em Marraquexe. O carro que utilizei na viagem em questão, tendo saído por Tanger, está à porta da minha casa.

Chegando ao inspector da Alfandega (após sair de um sítio do aeroporto e entrar noutra), este ficou a olhar, durante vários minutos, para o computador sem nada fazer. Em seguida, disse que eu tinha que esperar que não se lembrava da palavra passe. Eu informei que ia, de novo, ligar para a minha embaixada, e que tinha um avião para apanhar.

Começou, então, a dizer que a autorização já ali estava e preencheu rapidamente um papel, exigindo, depois, o numero da matricula do carro. Eu respondi que era estranho, tanto mais que não tinha entrado de carro, mas por via aérea das Gran Canarias, ao que respondeu para fornecer a matricula do carro com que tinha entrado em 2017. Como não sabia a matrícula do mesmo, telefonei ao meu marido para ir ver a matricula do carro, que, como já tinha referido, se encontrava à porta de minha casa.

O inspector da Alfandega preencheu o resto do formulário, tendo-lhe pedido uma copia, mas que me foi recusada, dizendo o mesmo que não tinha direito a uma cópia.

Regressei ao controle de passaportes, passando de novo por todos os controles de bagagem. Carimbaram o meu passaporte, mas não me deram nenhuma cópia da autorização e alegaram que era um "assunto pendente".

Chegada a Casablanca, estive várias horas à espera do voo para Lisboa, pouco antes da entrada no avião, foi-me roubado o telemóvel com o numero marroquino, de dentro da minha bolsa.

Chegamos a Lisboa com atraso.

Este relato é um resumo dos acontecimentos na minha viagem para audição de familiares de presos e de jovens saharauis e que não foi possível realizar pelas circunstâncias acima descritas.

Marrocos e as suas "autoridades" nunca agiram de forma assumidamente oficial, nunca se identificando, nem nunca dando qualquer tipo de documento relativo às várias acções.

Violaram a privacidade ao verificarem os meus telemóveis e computador, mas mais grave foi terem desinstalado e apagado o conteúdo dos mesmos, inclusive uma aplicação bancária.

A viagem forçada em Táxi até Inzeggan assemelha-se a um sequestro, tendo as "autoridades" assegurado que eu ficasse incomunicável com os telemóveis totalmente desconfigurados, e não havendo o mínimo de garantia de segurança uma vez que me encontrava com 6 desconhecidos e fui levada para um sitio que não era o indicado pelas "autoridades". O facto de estar em contacto telefónico com a embaixada e emergência consular assim que consegui por um dos telefones a funcionar não representou qualquer melhoria na situação apesar da amabilidade de todos os funcionários/as com quem contactei.

A retenção arbitrária de que fui alvo, mais de 3 horas consecutivas incomunicável é contrária à Convenção europeia dos direitos do homem nomeadamente o artigo 5º, ponto 1. O Reino de Marrocos tem acordos estabelecidos com a União Europeia cujo pilar fundamental é do respeito pelos direitos humanos que foram claramente violados neste caso, havendo impedimento de liberdade de movimento, associação e reunião, associado ainda a retenção arbitrária. Também a carta universal dos direitos humanos não foi respeitada.

As "autoridades" marroquinas deixaram claro que tudo o que se passa nos territórios ocupados do Sahara Ocidental não é para ser visto, ouvido, e muito menos relatado. Ficou também claro pelas declarações várias ao longo da minha retenção arbitrária que não consideram os Saharauis "seres humanos" e que a "liberdade de expressão é apenas para os cidadãos marroquinos".

Isabel Maria Gonçalves da Silva Tavares Lourenço  
Lisboa, 16 de Dezembro de 2019

**Information on the voyage to the occupied territories of  
Western Sahara on 10 December 2019 by Isabel Lourenço and the  
actions of the Moroccan authorities**

In the framework of observing and monitoring the situation in Western Sahara, I traveled to El Aaiun on 10 December 2019.

My work is public I am a researcher at the Center for African Studies of the University of Porto, a member of Fundación Sahara Occidental, a contributor to the website [www.porunsaharalibre.org](http://www.porunsaharalibre.org) and a contributor to the Tornado online journal. I have participated in United Nations human rights sessions in Geneva, as well as at the United Nations 4th Commission for Decolonization and at events in the European Parliament. Over the last years I have presented my reports and given conferences regularly on this subject.

I carry out this observation and monitoring work on the Western Sahara conflict in the Tindouf refugee camps in Algeria, in the liberated territories of the RASD (Democratic Saharawi Arab Republic), in the Moroccan occupied territories of Western Sahara, and with the Saharawi community in the diaspora (France, Spain and Belgium).

I decided to travel to El Aaiun on December 10, 2019 to contact the family of Ms. Mahfouda Lefkir, who was sentenced to six months in prison for saying (at the end of her cousin's trial) that "it was an unfair trial and only they treated them like that because they were Saharawis. "

Ms. Lefkir, who has serious health problems and is awaiting surgery, was beaten while still in the court permisses when she refused to enter a male comun prisoner transport van.

During the same trip I also intended to contact the families of the Saharawi political prisoners of the Gdeim Izik group and Saharawi students and children.

Before the voyage, as I knew of the obstacles raised by the Kingdom of Morocco, as pointed out by the United Nations Secretary-General, Antonio Guterres, who stated in his report on Western Sahara in April 2019 that access to international observers, members of NGOs and journalists have been barred by the Kingdom of Morocco, I checked if it met the entry requirements required by the occupying power (law 02/03 of Morocco).

As I had the necessary requirements, ie passport valid for more than 6 months, return ticket and hotel booked, I informed of my voyage, not only the Portuguese Embassy in Rabat, but also the Portuguese Ministry of Foreign Affairs, the representation of the European Union. in Rabat, the UN High Commissioner for Human Rights, the 4th Commission for Decolonization and members of the United Nations Security Council as it has a Mission (MINURSO) on the ground.

Although the territory of Western Sahara is a non-autonomous territory awaiting decolonization and Morocco has no sovereignty over it (see United Nations, African Union, International Court of The Hague and last three judgments of the European Court of Justice), Morocco is the occupying force and de facto administrator being Spain de jure administrator.

Given that, I want to mention that:



On December 10th I traveled from Lisbon to Gran Canarias (Las Palmas) on TAP flight and then to El Aaiun, capital of the occupied territories of Western Sahara on ROYAL AIR MAROC flight AT 995 which landed at El Aaiun airport at 4:20 pm local time.

Upon landing the pilot of the plane was informed that all passengers should leave the plane except Mrs. Lourenço which was transmitted to the passengers by a crew member.

The passengers started to leave, and I enquired why I couldn't get off the plane. I was told by a crew member that he did not know and that the pilot had received orders from the "authorities" and he would see what was happening.

The pilot came to me and explained that I could not get off the plane and would have to go on the same plane to Marrakech.

I replied that I had no intention of going to Marrakech, and that I had not bought a ticket for Marrakech but for El Aaiun, where I was going to stay. I also warned the pilot that he could neither hold me on the plane nor send me to another city against my will under these circumstances and that it would be his and Royal Air Maroc's responsibility and that this resembled a kidnapping.

The pilot began to argue with the authorities, from what I understood he was that the authorities were causing them a lot of trouble because they wouldn't let foreigners out of the plane (alluding to the dozens of expulsions from the last two years). My passport was given to the "authorities" and a few minutes later returned.

During this dialogue I continued to slowly approach the exit door as an unidentified man in civilian clothes boarded the plane, telling me that my intentions were political and that I was not welcome. I replied that my intentions were public, to speak and to interview families of Saharawi political prisoners, namely the family of Mrs. Lefkir and the families of the political prisoners of Gdeim Izik, cases that I have been following. I also told him that I would also talk to Saharawi youth and children and that I was not there to represent any political party or organization. I asked repeatedly to give me some kind of official document stating the reason for prohibiting me to leave the plane as well as to enter Western Sahara.

I explained that I was not in breach of any of the requirements of Moroccan Law 02/03 governing the entry of foreigners, but that if they found that I was in violation of any of the articles of that law, I should be informed of this and of which one.

They did not answer me or provide me with any.

Still inside the plane, a crew member brought a ticket issued in my name to Marrakech, which I refused, as I had not purchased any tickets nor wanted to go to Marrakech, as I had said.

At that point I again stressed that I had come from Gran Canarias to El Aaiun and that if I was refused entry my only return destination would have to be the Gran Canarias.

As I maintained that I was entitled to enter the country for the purposes I had informed them, I was told that the representative of all the Saharawis was present at the place and that he would speak to me, and I said that I

did not know the gentleman in question and had no interest in talking to him.

**I continued forward and got off the plane, getting to the top step of the stairs.**

Around this stairway were more than a dozen civilian-clad men as well as two uniformed policemen (one man and one woman).

In front of the stairs but farther away were the passengers waiting to board for Marrakech.

**I asked the various men around the stairs who were telling me that I was a persona non grata, paid by Algerians, and a threat to sovereignty, to identify themselves. I was told that they were "the authority" or some identified themselves as "a high official" without mentioning whether they belonged to any branch of the police, military structure, government, or customs authorities, nor their names.**

All the while, these individuals were on their cell phones asking for orders, but to the extent that they were given orders that seemed contradictory, they could not agree on what action to take. I repeated the request again for an official document giving me the reason for being prohibited to leave the plane and to enter Western Sahara.

**I also mentioned, again, that I was not in breach of any of the requirements of Moroccan Law 02/03 and that if they thought that I was in breach of any of the articles of that law, they would necessarily have to inform me of this, in particular by submitting a document attesting to what is the reason for the prohibition to leave the plane and enter Western Sahara.**

**They replied that they would not give me any documents.**

A man dressed in a daraa (traditional Saharawi male costume) was brought before me and I was told that he was the representative of all the Saharawis and that I had to talk to him.

I thanked and said I had no interest in talking to this man, I had never seen him, and that at that point I only wanted to talk to the authorities and understand what was going on.

The exchange with the "authorities" was done in French, English and Spanish since I don't understand enough Arabic to hold any kind of conversation.

The individuals, around 20, continued to address me with single statement, changing from one to the other, saying for example:

"You come attack our sovereignty"

"You are a persona non grata"

"Interviewing is not talking!"

"You need permission to speak with people from the Moroccan Interior Ministries"

"You've learned a lot since your expulsion from February 2015, I remember you"

"We are the authority"

"You can't talk to anyone"

"Your not a tourist, you are welcome as a tourist"

"We will never give you a document"

"You can't talk to whomever you want"

"Freedom of expression is for Moroccan citizens not for others."

Due to the protests of the passengers waiting to board for Marrakech and my refusal to return inside the plane, they took me to the entrance hall, where the passports are stamped, but only "authorities" and a few uniformed officials were there.

I had two cell phones with me, one with Portuguese number and one with Moroccan number, which I bought before the trip due to the high roaming costs.

During the events described above, I recorded audios of what was going on and left a message to my husband explaining that they would not let me off the plane, that was the last message I was able to send.

The cell phone I had in my hand was immediately removed by force by one of the individuals, dressed in civilian clothes and claiming to be an "authority."

Then both my backpack and purse were searched, my other mobile phone and my computer were removed, as well as my passport, which were taken by one of these individuals and taken to an unknown location.

Two female uniformed agents searched my body (without removing my clothes) in a closed room.

This all happened before my passport was stamped by the authorities. I asked several times to let me contact my embassy, which was refused. I was also refused to contact my family or lawyer.

I asked if I was detained and what was the alleged offense, but they didn't answer me.

After a while (I can't precise the extent of time because I had no watch) one of the "authority" members shouted to me that I had three possible choices:

- 1<sup>st</sup>: To remain detained in that room until the following day at 7 pm and return to Gran Canarias,
- 2<sup>nd</sup>: Take the 10 pm plane to Casablanca,
- 3<sup>rd</sup>: "Take" immediately a taxi to Agadir.

**I replied that my choice was to enter El Aaiun, any other situation or decision was not mine and was "their" responsibility and against my will and right of free movement, since they never presented me with any documents or identified themselves.**

I reaffirmed that I had a passport with a validity of over 6 months, return flight and hotel booked in El Aaiun, fulfilling the requirements for entry into the country as a European citizen.

After a few more minutes of phone calls and discussion between the "members of the authorities" the same man came back and told me "You will go to Agadir by Taxi!".

**They stamped my passport, which was still in their possession, and began to fill out the entry form without asking me anything, but discussing among themselves which square they should mark on the reason for entry (tourism, studies or work) - I don't know what they indicated since I have never seen the form, neither filled out nor blank.**

They told me to wait and the bulk of the "authorities" left the room.

After a while I was taken to a civilian vehicle outside the airport, guarded by two "members of the authorities," and driven to a Taxi Square in El Aaiun city.

Along the way, I was told that **"those you want to talk to are not human beings"** and that Spain never developed Sahara as Morocco, that Morocco is an exceptional country, better than Portugal in all respects, and often reaffirmed that **" those you want to talk to are not human beings. "**

Arriving at the taxi square, I was offered a bottle of water by one of the men who had identified himself as a senior official who said, "You can drink, you see it's closed, you can trust."  
I did not accept the water bottle.

I was ordered by the same individual to get into a public collective taxi (7 seats), but I refused since I had no passport, no cell phones, no computer, all still in possession of the "authorities".

They told me they would give me a passport after getting inside the taxi and I answered that I wouldn't go anywhere without my passport.

Eventually they left my passport, cell phones, and computer in the taxi, and the same man asked me if I wanted to go to Agadir Matar (Agadir Airport) or Agadir Hotel, and I answered I wanted to go to the Lekouara Hotel in El Aaiun.

**The "authority" man shouted to the taxi driver to go to Agadir** and 5 unknown men entered getting the taxi fully occupied.

The cab started and we made the trip at high speed, overtaking several trucks at once, on unlit roads and deplorable pavement.

When I tried to turn on the phones, I noticed that the phone with the Portuguese number had been completely reconfigured, not leaving the home screen and in French (before it was in Portuguese). I tried to reconfigure, but it gave error so it was not possible.

The phone with the moroccan number had also been unlocked, reconfigured and all applications had been deleted and I could not access its features. After about half an hour I was able to get the phone to function only to receive and make calls and sms and that's when I received the call from the consular emergency and the embassy.

My sim card had little balance and along the way in both stops to "eat" I managed to install Messenger.  
I didn't eat or drink anything at the stops.

We often stopped at checkpoints where documents were requested, in my case the passport.

During the ride the taxi driver received a package which was delivered to another person in an off-road location not on the road to Agadir, bypassing the main road and entering a locality, then backtracking back to the main road.

**At 4:00 am, the taxi stopped in a square and I was told it had to leave**, as it was the final stop. I asked where I was since I didn't seem to be in Agadir. I was informed that I was in **Inzegán** (12km from Agadir) and had to leave. I paid nothing to the taxi driver, as I had not booked a trip and

**forced to make this voyage against my will**, but I also was not asked for any payment.

With no other alternative I went on foot to what looked like a taxi cue and tried to find a taxi to Agadir. I went in a taxi to Agadir asking to go to the Ibis Hotel (French chain) as I did not want to go to a Moroccan hotel.

At the hotel at 5:30 am I requested a room until December 12th, as I no longer had time to buy a ticket that same day to Lisbon, since there are no direct flights.

I went to the hotel room where I had wifi, but still with the misconfigured phones and unable to solve the situation.

My family sent me a return ticket Agadir- Casablanca- Lisbon for December 12th, which I printed at the hotel reception.

On December 12, 2019, I left at 7am from the Hotel to Agadir Airport. I passed baggage checks and at passport control I was told I could not leave the country on the grounds that I needed an exit permit.

I contacted the consular emergency again to explain what was going on.

According to the passport control officer, I would have to go and arrange my departure with the Customs inspector, as there was a problem with my "entry by car". Two other uniformed agents joined the first, saying they were only there to help me.

The last time I entered and left Morocco by car was in 2017, during the trial of the Gdeim Izik group, and since then I have entered and left Morocco, having attended the trial of the Saharawi Student Group "El Ouali" in Marrakech . The car I used on the trip in question, and that left Morocco through Tanger, is parked in front the door of my house in Lisbon, Portugal.

Arriving at the Customs inspector (after leaving one place at the airport and entering another), he stared at the computer for several minutes without doing anything. He then said that I had to wait for him to remember the password. I informed him that I was going to call my embassy again, and that I had a plane to catch.

He then began to say that the license was already there and quickly filled out a blank form, then demanded the license plate number of the car. I replied that it was strange, especially since I had not entered by car, but by air from Gran Canarias, and that if there was a problem they didn't know the plate number, to which he replied to provide the registration of the car I had entered in 2017. Since I did not know the registration, I called my husband to go see the license plate of the car, which, as I had already mentioned, was in front of the door of my house in Lisbon, Portugal.

The Customs inspector filled out the rest of the form and I asked for a copy, but he refused, saying that I was not entitled to a copy.

I returned to passport control, going through all baggage controls again. They stamped my passport but gave me no copy of the permit and claimed it was a "pending matter".

Arriving in Casablanca, I was waiting several hours for the flight to Lisbon, shortly before boarding the plane, my mobile phone with the Moroccan number was stolen from my purse.

We arrived in Lisbon with delay.

This account is a summary of the events on my trip to speak with the families of saharawi political prisoners and young Saharawis that could not be accomplished by the circumstances described above.

Morocco and its "authorities" have never acted in an official manner, never identifying themselves, nor ever giving any kind of document concerning the various actions.

They violated privacy by checking my phones and computer, but even more grave was the fact that they uninstalled and deleted their content, including a banking app.

The forced taxi ride to Inzegán resembles a kidnapping, with the "authorities" making sure that I was incommunicado with totally misconfigured mobile phones, and there was no guarantee of security since I was with 6 strangers and was taken to a place that was not indicated by the "authorities". The fact that I was in touch with the embassy and consular emergency as soon as I could get one of the phones working was no improvement to the situation despite the kindness of all the staff that spoke to me.

The arbitrary retention I have been subjected to for more than three consecutive hours incommunicado is contrary to the European Convention on Human Rights, in particular Article 5 (1). The Kingdom of Morocco has agreements with the European Union whose fundamental pillar is respect for human rights which have been clearly violated in this case, and there is an impediment to freedom of movement, association and assembly adding to the arbitrary retention. Also the universal charter of human rights was not respected as well as International Law.

Moroccan "authorities" have made it clear that everything that goes on in the occupied territories of Western Sahara is not to be seen, heard, let alone reported. It was also clear from the various statements throughout my arbitrary detention that they do not regard the Saharawi as "human beings" and that "freedom of expression is for Moroccan citizens only".

Isabel Maria Gonçalves da Silva Tavares Lourenço  
Lisboa, 16 de Dezembro de 2019